



<http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2023.1.43631>

SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

Política e cultura: a relação entre indivíduo e estrutura na perspectiva das teorias do comportamento eleitoral

Policy and cultur: The relationship between individual and structure form de perspective of theories of electoral behavior

Ivann Carlos Lago¹

orcid.org/000-0001-5521-4733
ivann@uffs.edu.br

Edemar Rotta¹

orcid.org/0000-0003-1608-7078
erotta@uffs.edu.br

Recebido em: 1 ago. 2022.
Aprovado em: 9 maio 2023.
Publicado em: 10 out 2023.

Resumo: O artigo pretende oferecer contribuição ao tema da relação existente entre a consciência individual e as determinações estruturais no processo de construção dos padrões de comportamento dos sujeitos, em especial no campo político/eleitoral. Para isso, realiza uma reflexão centrada na tentativa de compreender, teoricamente, como se dá o processo de determinação das escolhas individuais e qual o peso de elementos subjetivos e das condições estruturais nessas determinações. De início, busca-se delimitar, em termos teóricos, o debate sobre a relação entre indivíduo e estrutura na teoria social de orientação marxista, priorizando as perspectivas de dois autores que têm se debruçado sobre o tema com importantes contribuições, quais sejam, Edward P. Thompson e Ellen M. Wood. Em seguida, e partindo das contribuições teóricas desses autores, trata-se das principais abordagens sobre o comportamento político-eleitoral, para então refletir sobre como essas podem ser situadas em relação às abordagens apresentadas e, eventualmente, ter seu potencial explicativo ampliado a partir delas.

Palavras-chave: Sujeito e estrutura. Dialética. Cultura política. Comportamento político.

Abstract: The article intends to offer a contribution to the theme of the relationship between individual consciousness and structural determinations in the process of building the patterns of behavior of subjects, especially in the political/electoral field. For this, it carries out a reflection centered on the attempt to understand, theoretically, how the process of determining individual choices takes place and what is the weight of subjective elements and structural conditions in these determinations. Initially, we seek to theoretically delimit the debate on the relationship between individual and structure in marxist orientation social theory, especially from two authors who have focused on the theme with important contributions, namely, Edward P. Thompson and Ellen M. Wood. Then, and based on the theoretical contributions of these authors, we deal with the main approaches to political-electoral behavior, to then reflect on how these can be situated in relation to the approaches presented and, eventually, have their explanatory potential expanded from them.

Keywords: Individual and structure. Dialectic. Political culture. Political behavior.

Introdução

Com este artigo, pretendemos oferecer contribuição teórica a um tema recorrente no campo da Ciência Política, qual seja, o da relação existente entre a consciência individual e as determinações estruturais no processo de construção dos padrões de comportamento dos sujeitos,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Cerro Largo/RS, Brasil.

em especial no campo político/eleitoral. Para isso, buscamos uma reflexão mais detalhada, centrada na tentativa de compreender, teoricamente, como se dá o processo de determinação das escolhas individuais e qual o peso de elementos subjetivos e das condições estruturais nessas determinações.

Longe de pretendermos esgotar o tema, o que buscamos é, a princípio, delimitar, em termos teóricos, o debate sobre a relação entre indivíduo e estrutura na teoria social de orientação marxista, priorizando as perspectivas de dois autores que têm se debruçado sobre o tema com importantes contribuições, quais sejam, Edward P. Thompson e Ellen M. Wood. Em seguida, e partindo das contribuições teóricas desses autores, tratamos das principais abordagens sobre o comportamento político-eleitoral, para então refletir sobre como essas podem ser situadas em relação às abordagens apresentadas e, eventualmente, ter seu potencial explicativo ampliado a partir delas.

Assim, a primeira parte do texto apresenta uma tentativa de contribuir para o debate acerca da influência/determinação das estruturas sobre as escolhas e os comportamentos individuais – ou o contrário –, em especial a partir do aprofundamento do debate existente no interior do pensamento marxista contemporâneo, de forma marcada, a partir dos autores indicados acima. Para possibilitar um diálogo entre as concepções teóricas, mencionamos, em seguida, algumas reflexões feitas no interior da Ciência Política propriamente dita, principalmente a partir de análise dos pressupostos que sustentam as principais correntes teóricas do comportamento político-eleitoral³.

Sujeito, estrutura e a “formação da consciência”

Muitas leituras ortodoxas dos textos de Marx, e especialmente críticas dirigidas ao seu pensamento nos últimos 150 anos, têm disseminado uma concepção do marxismo que permite classificá-lo como defensor de um determinismo estrutural que se manifesta quase como uma

condenação histórica. Ao “inverter” a dialética hegeliana, Marx teria cerceado os sujeitos individuais de qualquer possibilidade de formação de uma consciência que não fosse aquela determinada pelas condições histórico-materiais de sua própria existência objetiva. Com isso, ainda seguindo tais leituras de Marx (1988), a própria possibilidade de emancipação humana seria muito mais uma consequência do desenvolvimento histórico das condições de tal existência que fruto de uma construção subjetiva de alternativas e de meios para torná-las viáveis e “reais”.

Embora Marx tenha falado – e não foi pouco que o fez – da *consciência para si* como um momento (e uma condição) fundamental no processo de emancipação dos trabalhadores, a partir dessas leituras tal consciência seria, ainda, bastante determinada pelas condições externas (materiais) de vida dos trabalhadores, motivo pelo qual deveria ser, necessariamente, coletiva. Ora, a própria ideia de “consciência coletiva” pressuporia justamente a sua construção massificada, negando a possibilidade da consciência individual como elemento de autonomia em relação às condições sócio-históricas – estruturais, portanto – de vida e vivência das pessoas (MARX, 1964, 1988; MARX; ENGELS, 1998, 2002).

É no interior desse debate – embora não apenas nele – que têm grande importância as contribuições de autores contemporâneos como Thompson (1981, 1985) e Wood (2002). Embora não tenhamos condições (nem a pretensão) de realizarmos aqui uma exegese do pensamento desses autores, parece-nos clara a contribuição deles para, ao menos, ajudar-nos a pensar o problema, ainda mais pela proposição de uma (re)leitura possivelmente “menos distorcida” do próprio Marx.

Não se trata, segundo esses autores, de negar o poder das estruturas como elemento de configuração da consciência, das escolhas e do comportamento individual. É necessário reconhecê-lo antes como uma força histórica de influência e delimitação dos comportamentos, que, como uma lei imutável, torna os sujeitos

³ A saber, a Teoria Sociológica, a Teoria Psicossociológica e a Teoria da Escolha Racional, as quais serão apresentadas e analisadas de forma detalhada ao longo do texto.

meros instrumentos de materialização de consciências determinadas de maneira estrutural. Se as consciências individuais são influenciadas, delimitadas e/ou constituídas pelo contexto histórico, isso não significa subtrair delas qualquer capacidade de autonomia, de criticidade e de capacidade de escolha subjetivamente consciente (GIDDENS, 1998). Também não se trata, como diz Thompson (1981), de reconhecer agora uma total autonomia da cultura em relação às estruturas, mas sim de compreender a real capacidade que os sujeitos possuem de, dentro e a partir delas, fazer escolhas que, embora sejam condicionadas histórica e estruturalmente, nem por isso negam o elemento *autonomia* do sujeito que escolhe.

É preciso que isso esteja claro. Não se trata de recorrer ao outro extremo, relativizando por completo o poder das estruturas e atribuindo ao sujeito, isolado e atomizado, todas as "responsabilidades" e as determinações das escolhas que faz. A significação dos fenômenos sociais por uma concepção atomizada de indivíduos (completamente autônomos em relação às estruturas) pressupõe um sujeito irreduzível que existe em si e antes de quaisquer estruturas e condições sociais, aos moldes do "ser em si" kantiano (ARANTES, 2004; OLIVEIRA, 2003). Mas o ser, segundo Wood (2002), não pode existir antes e/ou fora das estruturas, das relações e do contexto – estrutural e histórico. O indivíduo não pode existir antes da sociedade, assim como o particular não pode existir sem o universal⁴.

Ora, dessa forma, ainda seguindo o pensamento de Wood (2002), "base" e "superestrutura", para utilizarmos termos marxistas, não são independentes e autônomas, mas interdependentes. Se não há uma estrutura absoluta e determinista, tampouco há a contingência absoluta. Não há nem a anulação absoluta do sujeito, nem a ação humana de todo desconexa de uma legalidade

– lei histórica. "Classe" e "relação de classe" aparecem, assim, como um processo dialético que se dá historicamente, estruturado e manifesto nas relações sociais. As concepções e decisões – políticas, econômicas –, embora sejam feitas a partir de uma consciência subjetiva e subjetivada, dependem das, e refletem as, concepções e opiniões políticas, as quais, por essência, são de determinação e constituição históricas. Está aqui presente o pressuposto, característico do pensamento marxiano, de que os indivíduos não podem existir antes da sociedade⁵, de que o particular não pode existir antes do universal do qual faz parte e a partir do qual se identifica como tal e adquire sentido. Afinal, para parafrasearmos o próprio Marx, os homens fazem sua própria história, mas sempre a partir de estruturas herdadas do passado (MARX, 2006).

É nesse sentido que adquire ainda mais importância o pensamento de autores como Thompson (1981, 1985), o qual dedica grande parte de sua obra a criticar os extremos deterministas de interpretações feitas a partir da obra de Marx. Um desses casos seria a obra de Althusser, cujo equívoco, segundo Thompson (1981), teria sido justamente o de levar o estruturalismo ao seu extremo, ao ponto de confundir material empírico com empiricismo. No modelo althusseriano, não haveria nenhuma possibilidade de valorização dos sujeitos enquanto agentes históricos, pois a subjetividade estaria subjugada, em sua totalidade, às condições estruturais. O indivíduo – assim como a cultura – não teria importância nenhuma no processo de desenvolvimento histórico das sociedades.

Thompson (1981) defende uma postura teórica dialética, capaz de conceber estrutura a agentes subjetivos a partir de um processo que se dá de forma relacional. Sem atribuir autonomia absoluta ao indivíduo⁶ – relativismo absoluto, individualismo metodológico –, o autor consegue demonstrar que

⁴ Como bem se sabe, este já é um argumento teórico profundamente desenvolvido nos campos não só das Ciências Sociais mas também da própria Filosofia. Aristóteles, embora não tenha sido o único, foi com certeza o primeiro a sistematizar e defender esse pressuposto de forma teórica e metodologicamente consistente. Contudo, não pretendemos aqui realizar uma análise do desenvolvimento histórico desse argumento teórico. Apenas apontamos para o fato de que ele é um dos pilares de sustentação dos argumentos desenvolvidos por Wood, o qual constitui nosso maior objetivo analítico nesse momento.

⁵ Mais uma vez lembramos que esta máxima já foi muito explorada no pensamento de Aristóteles. O que estamos a afirmar aqui não é que Marx tenha sido o primeiro pensador a defender tal posição teórica. Apenas pretendemos reforçar a importância que ela possui na obra do pensador alemão.

⁶ Este é um aspecto importante. Não se trata de ir ao extremo oposto daquele que se pretende criticar. Afinal, Thompson definitiva-

tampouco se trata de um determinismo inexorável das estruturas, que seja capaz de negar os sujeitos por completo. O que ele defende é uma postura que integre sujeito e estrutura numa perspectiva capaz de compreender a realidade social como fruto de uma relação, contínua e constante, organizada a partir do processo produtivo característico de cada sociedade. A própria estrutura, enquanto fenômeno histórico, passa a ser concebida não como um elemento dado, totalmente autônomo, mas como um complexo de relações, cuja *essência* constitutiva continua sendo a produção e a exploração do trabalho como mecanismo de acumulação.

No mesmo sentido vai Wood (2002), ao afirmar que, se não há uma estrutura absoluta e determinista, tampouco há a contingência absoluta. Base e superestrutura não são independentes e autônomas. São interdependentes e determinadas mutuamente por uma complexidade de relações que compõem o suporte do processo de acumulação. O modo de produção, como estrutura, está em todo lugar, o tempo todo, mas isso não é suficiente para ver aí a aniquilação completa e definitiva do sujeito.

É dessa forma que Wood (2002) irá conceber o conceito marxiano de "classe" como *processo* e como *relação*, a partir da dialética entre relações objetivas e subjetividade. A possibilidade de existência e desenvolvimento da subjetividade no interior das relações objetivas é que torna possível a construção de uma consciência (subjetiva), daí a ideia de "processo" e "relação". As consciências históricas e construídas por meio de um processo, dentro de uma estrutura produtiva, são produzidas nas relações existentes e necessárias dentro desse mesmo processo, o qual é, também, situado em um ponto da história humana. Enfim, "classe" e "consciência de classe" aparecem, assim, como um movimento dialético que se dá historicamente como processo estruturado e manifesto nas relações – sociais. Relações de produção são, por essência, relações sociais. Portanto, são relações objetivas

que possuem bases "materiais", não redutíveis a aspectos apenas econômicos ou economicistas.

É também a partir dessa argumentação que Wood (2002) irá construir sua análise, de forte cunho crítico, acerca do processo de fragmentação das lutas "emancipatórias" existentes, porque toleradas, no interior do capitalismo. Seu argumento central é de que o próprio sistema capitalista "tolera" as lutas segmentadas na forma de luta por direitos de grupos específicos e bastante fragmentados, como direito das mulheres, dos negros, dos pobres, dos "excluídos", dos desempregados etc. Mas essa tolerância só existe porque a *luta* segmentada por esses direitos particularizados não afeta a estrutura de acumulação do próprio capitalismo. Ao contrário, reforça-o, em especial porque são *lutas* que não visam à superação do sistema, mas apenas à inclusão nele de determinados grupos supostamente excluídos.

Dessa forma, a fragmentação da *luta* torna-se, na verdade, uma estratégia cujos efeitos acabam enfraquecendo a própria construção de uma consciência coletiva de emancipação, necessária e indispensável para um processo de superação verdadeira e consistente do modelo de acumulação capitalista. Ou seja, de maneira paradoxal, quanto mais as *lutas* emancipatórias organizam-se e afirmam-se fragmentadamente, mais enfraquecem a própria possibilidade de superação do sistema responsável pela gênese e pela sustentação daquilo que elas pretendem mudar.

Ao *lutar*, não para superar o capitalismo, mas para "conquistar o direito" de fazer parte dele, esses grupos fragmentados acabam por fortalecer ainda mais o sistema, pois, além de não lhe causarem danos estruturais, acabam por legitimá-lo como modelo histórico (ARANTES, 2004; OLIVEIRA, 2003). A consolidação da noção de "bens extraeconômicos" (direitos de grupos específicos, direitos difusos etc.) acaba por deslocar as "lutas emancipatórias" para um campo que não ameaça a estrutura capitalista. Ora, é só por

mente não compartilha de uma postura relativista, tão confusa quanto inconsequente, que nas últimas duas décadas passou a ser chamada de pós-modernismo. Thompson ainda parte, por exemplo, do pressuposto de que o real é possível de ser compreendido por meio de pesquisas amplas e bem-configuradas. O excesso de relativismo pode levar ao extremo de assumir o irracional como interpretação legítima da complexidade do real, e esse não é, definitivamente, um dos objetivos de Thompson.

isso que são toleradas pelo próprio capitalismo. Deslocar a *luta* para o campo do particular é, segundo Wood (2002), uma forma de desarticular a *luta* pelo universal – de classe.

Também nessa linha de argumentação, Ahmad (2002a, 2002b) tece importante reflexão crítica ao processo de individualização, típico da sociedade globalizada, como forma de fragmentação e reconstrução das identidades de modo altamente despolitizante. O autor mostra como a valorização do individual – identidade particular – pelo próprio capitalismo é no fundo uma estratégia para construção do próprio nacionalismo – identidade nacional. Quando até mesmo a língua assume um caráter universal, o nacionalismo precisa de novos elementos para a afirmação da nacionalidade, os quais cada vez mais se afastam do campo da organização e da luta política. A ideia de nacionalismo converte-se, assim, também em um instrumento de manipulação. O nacionalismo corre, portanto, o risco de se converter em "racismo" por que nega o multiculturalismo em nome de "alegorias nacionais", como futebol e carnaval, por exemplo, tão típicos no Brasil.

Como se vê, embora sob perspectivas diferentes e com objetivos distintos, esses autores compartilham, de alguma forma, uma postura teórico-metodológica que nega os extremos, sejam eles fruto de uma vulgarização do pensamento marxiano em nome do determinismo estruturalista, sejam fruto de uma radicalização pós-moderna do relativismo. Fazem isso em nome de uma postura dialética capaz de compreender o processo histórico a partir das relações que são constituídas no interior do modo de produção – objetivo – e dentro do qual as estruturas e as subjetividades relacionam-se e constituem-se como partes constitutivas de uma mesma complexidade histórica.

Desse modo, sujeito e estrutura aparecem como portadores de uma autonomia relativa, a qual é incapaz de possibilitar a qualquer um dos dois a subjugação completa do outro. É, pois, justamente esse ponto que nos interessa relacionar com algumas das teorias existentes no campo da Ciência Política acerca do comportamento político e, em especial, do quanto este é ou não

autônomo em relação às estruturas – políticas. É com esse objetivo que partimos para a segunda parte de nossa reflexão. O que procuraremos fazer é uma breve apresentação dos principais pressupostos das correntes predominantes entre as teorias do comportamento político, para em seguida poder analisar as possíveis correlações e contribuições que podem ser estabelecidas num diálogo teórico entre as correntes e o debate até aqui apresentado. Também pretendemos identificar a existência ou não de pontos de convergência entre esses dois campos teóricos.

As teorias do comportamento político/eleitoral

Para podermos realizar uma análise no mínimo consistente das relações possíveis de serem estabelecidas entre o debate acerca da determinação estrutural do comportamento e da consciência subjetiva e as teorias do comportamento político/eleitoral, parece-nos necessária a apresentação, mesmo que extremamente resumida, dos principais aspectos teóricos delas.

A Teoria Sociológica

A perspectiva sociológica pauta-se no princípio macro de análise e toma o contexto social do grupo ao qual o eleitor pertence como categoria fundamental para suas tentativas de explicação do comportamento eleitoral. Adota o pressuposto de que os comportamentos – escolhas – individuais devem ser entendidos a partir do contexto social no qual são praticados. A importância dos determinantes socioeconômicos, culturais e da estrutura de classe na formação das clivagens sociais é elemento fortemente enfatizado por essa perspectiva. Como diz Castro (1994, p. 29), "a ideia é de que fatores histórico-estruturais e culturais globais conformam as características sociais que se expressam através de partidos específicos, com os quais setores do eleitorado se identificam".

O pressuposto, aqui, é o de que eleitores em situação social semelhante desenvolvem condutas político-eleitorais similares, visto que suas visões de mundo e seus padrões de valores e atitudes, os quais orientam o comportamento,

são resultado de um contexto social similar e compartilhado, que pode ser descrito – e, portanto, analisado – a partir de clivagens sociais objetivas e empiricamente verificáveis.

A Teoria Psicológica e/ou Psicossociológica

Ao contrário do que acontece na abordagem sociológica, para a perspectiva psicossociológica, o indivíduo e suas motivações ao nível psicológico é que se constituem na unidade de análise. Seu pressuposto é de que o comportamento eleitoral se baseia na estrutura de personalidade dos indivíduos e no seu sistema de crenças, os quais são relativamente independentes do contexto social em que o sujeito vive (FIGUEIREDO, 1991).

Para esse modelo, torna-se necessário saber, primeiramente, de que modo os sujeitos concebem sua própria existência social e como são estruturadas, ao nível individual, as opiniões que possibilitam – e determinam – as diversas escolhas (decisões). É preciso compreender, também, a maneira pela qual eles apreendem a sociedade, enquanto estrutura organizada, e as relações sociais que nela se dão (FIGUEIREDO, 1991). As atitudes ligadas ao “mundo político” são parte integrante da psicologia humana e são consolidadas pela socialização política⁷. Assim, os estímulos políticos recebidos dentro do grupo social, bem como a importância dada a eles por esse mesmo grupo, fazem com que o interesse por questões de natureza política varie também entre indivíduos que pertencem a grupos sociais diferentes. Contudo, esses estímulos, assim como as atitudes políticas, não são determinados pela situação (origem) econômica nem pela “classe social”. Esses são construídos no ambiente social do indivíduo, desde o início de sua formação, ainda na família (CASTRO, 1994). Desse modo, a importância dada por cada eleitor à política influencia e é influenciada por sua socialização política, a qual é processada no sistema de atitudes e compartilhada por indivíduos com características demográficas semelhantes (FIGUEIREDO, 1991).

A Teoria da Escolha Racional

Tendo, segundo Castro (1994), como trabalho pioneiro a obra de Anthony Downs, a Teoria da Escolha Racional tem como ponto de partida a perspectiva do individualismo metodológico. Seu argumento central é o de que o comportamento político (e eleitoral) pode ser explicado tomando os indivíduos como atores racionais que agem com o objetivo primeiro de maximizar os ganhos com a minimização dos custos, tal qual um consumidor no âmbito do mercado – noção do *homo economicus* da teoria econômica.

Nessa teoria, a lógica do voto baseia-se na premissa de que, diante de diversas alternativas, um ator racional sempre escolhe aquela que lhe traz a maior utilidade, ou seja, age em seu próprio benefício (CARREIRÃO, 2002). Esses benefícios esperados, que os eleitores consideram para tomar suas decisões, resultam da *utilidade* obtida por meio da atividade governamental. Pressupõe-se, portanto, que os sujeitos – eleitores – agem racionalmente nas questões de ordem política, cada um votando no partido/candidato que acredita ser o que lhe proporcionará maiores benefícios.

A relação sujeito-estrutura e as teorias do comportamento político/eleitoral

Como se pode notar, o debate acerca da determinação estrutural dos comportamentos individuais também aparece, ao menos como pano de fundo, no campo teórico que alimenta as pesquisas sobre o comportamento dos eleitores no interior da Ciência Política. A Teoria Sociológica apresenta uma clara influência daquelas leituras deterministas do pensamento marxista, o que lhe permite conceber o comportamento político e as escolhas eleitorais dos sujeitos como expressões materializadas de sua condição e sua posição dentro da estrutura da sociedade. Ou seja, pressupõem que os indivíduos não têm muita autonomia no processo de construção de suas identidades ideológico-políticas, de modo que sua consciência é determinada pe-

⁷ Socialização política é aqui entendida, de acordo com Figueiredo (1991), para a perspectiva psicossociológica, como as atitudes políticas formadas e integradas no sistema político por meio de um “sistema de personalidade”, sendo este último uma categoria utilizada no sentido a ela atribuído pelo modelo parsoniano.

las condições objetivas de sua vida material, especialmente caracterizada pela sua posição econômica – classe social.

Aqui parece evidente a presença de uma postura bastante determinista muito parecida com aquela que, como mostramos, é criticada por autores como Thompson e Wood, em especial por se fundarem em uma leitura estruturalista demais do pensamento de Marx. Como consequência, essa postura teórica acaba por enfrentar grandes dificuldades para produzir explicações consistentes sobre o comportamento dos eleitores. Isso se deve, em grande parte, por uma postura marcadamente normativa que acaba sendo consequência do próprio determinismo característico de sua análise.

Ou seja, por acreditar que as estruturas econômicas objetivas – condição de classe – determinam, de modo inexorável, a consciência política dos sujeitos, os autores que adotam a teoria sociológica acabam assumindo o pressuposto de que todos os indivíduos que vivem sob condições estruturais semelhantes deveriam apresentar consciência política semelhante e, portanto, fazer escolhas ideológicas e eleitorais também parecidas. Dito de outro modo, acreditam que todos os eleitores que são, por exemplo, trabalhadores e vivem em condições objetivas similares deveriam apresentar as mesmas opiniões e convicções ideológicas, desenvolver identidade com o mesmo partido e, como consequência, votar nos mesmos candidatos.

Ora, como essa é uma realidade difícil de ser encontrada empiricamente, esses autores acabam por adotar, como elemento explicativo, uma saída teórica também muito característica dos autores marxistas estruturalistas. Tal saída é a seguinte: os eleitores que, embora vivam sob condições estruturais típicas da classe trabalhadora, não apresentam ideologia e comportamento político/eleitoral “correspondente”, estão, de algum modo, em uma condição de alienação. Esta, embora possa ser designada de diversas maneiras e apontada como fruto de diversos fatores, não deixa de ter um sentido de consciência desconexa da “realidade objetiva” da qual faz parte, refletindo

elementos ideológicos que, no fundo, manifestam os interesses das “classes dominantes”.

Por outro lado, a Teoria da Escolha Racional, ao tomar de empréstimo o individualismo metodológico, típico da teoria econômica – clássica e, em especial, neoclássica – concebe os indivíduos como totalmente autônomos em relação às estruturas objetivas que constituem a base da sociedade. Os sujeitos, segundo essa teoria, pautam seu comportamento, suas escolhas e até mesmo suas identidades – político-ideológicas – apenas a partir de sua consciência, a qual é construída ao longo da vida em função da racionalidade econômica que tem, como fim último, a maximização dos ganhos com a minimização dos custos (LAGO, 2010). Ou seja, parte do pressuposto de que todos são racionais e autônomos para decidir quais alternativas – políticas, por exemplo – podem lhe trazer maior benefício direto, sem influência das condições estruturais características do modelo social.

Como se pode notar, essa perspectiva teórica não apenas nega qualquer determinação estrutural no comportamento dos sujeitos, como também atribui ao indivíduo a justificação exclusiva de suas próprias escolhas. Afinal, embora cada pessoa seja racional para decidir quais escolhas lhe trarão maior benefício, a justificação sobre o porquê de buscar esse tal benefício e não outro só pode ser encontrada no campo dos desejos e “necessidades” subjetivos, os quais, em última instância, não podem ser explicados pela Teoria da Escolha Racional.

Trata-se, ao que nos parece, de uma postura teórica – e metodológica – muito parecida com aquela, também criticada por Thompson (1981) e Wood (2002), que apregoa a tese do relativismo como fator explicativo, negando as determinações e influências estruturais na configuração da consciência e do comportamento individual. Afinal, explicar o “nível de racionalidade” característico de cada ação, tendo em vista os fins que almeja, não é suficiente para explicar por que o agente em questão deseja tal fim e não outro.

Dessa forma, a Teoria da Escolha Racional apresenta sérias limitações quanto ao seu po-

tencial explicativo do comportamento político. Existem dificuldades, por parte dela, para compreender (e, portanto, explicar) o comportamento individual a partir de seu contexto sócio-histórico e, principalmente, de suas variações em termos de manifestação empírica⁸.

Por fim, chegamos à Teoria Psicossociológica. Sem pretender realizar uma defesa teórica e epistemológica desse modelo, parecem importantes algumas considerações, ainda mais retomando nosso objetivo de realizar análise comparada a partir das críticas ao estruturalismo e ao relativismo feitas por Thompson (1981) e Wood (2002). Ao adotar uma espécie de "posição intermediária" – ou seria dialética? – entre o determinismo absoluto da Teoria Sociológica e o individualismo extremo da Teoria da Escolha Racional, a Teoria Psicossociológica é capaz de perceber, tanto teórica quanto metodologicamente, o processo relacional associado à configuração dos comportamentos políticos.

Se o comportamento político não é algo totalmente autônomo, passível de ser compreendido apenas a partir da racionalidade subjetiva dos atores, tampouco pode deixar de considerar a influência de elementos estruturais objetivos, como a família, a educação, o modelo e as condições econômicas e de desenvolvimento da sociedade. Ou seja, é preciso, segundo a Teoria Psicossociológica, compreender os comportamentos e escolhas individuais a partir da constituição histórico-social dos agentes investigados, para a qual são importantes tanto aspectos subjetivos e de racionalidade individual quanto aspectos macrosociais e objetivamente estruturados.

Se os indivíduos agem em função de sua personalidade e de suas convicções pessoais, isso não significa que eles tenham, por isso, liberdade total diante de influências externas objetivas, como organização familiar, padrão educacional e posição social⁹. Ao contrário, são justamente

esses elementos estruturais que irão fornecer os "conteúdos", os significados, as justificações as motivações daquela personalidade e daquelas convicções pessoais – que podem ser, por exemplo, identidades ideológicas, convicções políticas ou simpatias partidárias.

Parece que, sem correremos o risco de estabelecer correlações abusivas, poderíamos dizer que, entre as três correntes teóricas predominantes na literatura sobre o comportamento político/eleitoral, a Teoria Psicossociológica é a que mais se aproxima da postura teórica e metodológica defendida por Thompson (1981) e Wood (2002) como alternativa aos extremos do determinismo estrutural e do relativismo individualista. Inclusive parece haver uma significativa proximidade conceitual entre o debate acerca do caráter relacional da consciência individual defendido pela Teoria Psicossociológica e a distinção entre "condição de classe", "experiência de classe" e "consciência de classe" apresentada por Wood (2002). Ambos apontam para a necessidade de se considerar não apenas o caráter objetivo e determinista das estruturas e das "condições" sociais, mas também a forma como os indivíduos compreendem, interpretam e transformam esses elementos em referências para suas ações. Mais ainda, deve-se considerar como esses indivíduos "internalizam" e dotam de significado as condições objetivas da sociedade onde vivem e como percebem a si mesmos dentro dessa sociedade. Ou seja, envolve o entendimento de como eles explicam e atribuem significado ao mundo objetivo e também à própria condição dentro desse mundo, a partir de sua experiência sociofamiliar, de seus valores, enfim, de sua personalidade e de suas convicções e identidades pessoais.

Nesse contexto, a ideia de classe – e de consciência de classe – como "processo" e como "relação" de Wood (2002) parece ter importantes pontos de convergência com os pressupostos

⁸ Embora não seja esta nossa intenção neste momento, também o debate acerca das perspectivas pós-modernas poderia ser discutido aqui, a partir do individualismo metodológico característico da Teoria da Escolha Racional. Claro, é preciso reconhecer que se trata de coisas muito diferentes. Não pretendemos afirmar que a Teoria da Escolha Racional seja pós-moderna, nem algo que possa ser considerado como o contrário. Apenas apontamos para a possibilidade de um debate interessante e semelhanças metodológicas existentes entre esses campos teóricos, cujo desenvolvimento não constitui objeto central desta análise.

⁹ Para não usar o termo "classe", tentando não criar confusões desnecessárias para a tentativa de relacionamento de teorias que estamos buscando.

adotados pela Teoria Psicossociológica, especialmente no tocante ao conteúdo axiológico adotado por ambas. Tanto uma quanto a outra assumem que a consciência (crenças, identidades ideológicas, convicções) e o comportamento (atitudes, envolvimento político, escolhas político/eleitorais) dos sujeitos individuais são resultado de uma complexa relação de interdeterminação e influências mútuas entre as estruturas objetivas e a individualidade do agente sociopolítico. Assim, ambas acreditam que, embora as condições estruturais exerçam forte poder de influência sobre as consciências individuais, ainda assim os agentes têm a possibilidade de construir uma subjetividade consciente e relativamente autônoma¹⁰.

Além disso, parece claro que essas duas posturas teóricas compartilham ainda o mérito de serem as mais abertas a uma atitude de pesquisa que amplie as possibilidades e a magnitude na análise da realidade que constitui seus respectivos campos de estudo. A negação dos radicalismos e a adoção de uma postura relacional, ou melhor, verdadeiramente dialética, no processo de compreensão do comportamento dos agentes – políticos – parece ser muito frutífera, ainda mais por ser capaz de considerar um maior espectro de elementos e categorias explicativas para a complexidade de fatores envolvidos no processo de determinação do comportamento humano. Tal complexo, aliás, só passa a ser percebido como tal justamente porque se torna possível abrir mão dos determinismos e das normatizações característicos das teorias estruturalistas e de Escolha Racional, que fazem da teleologia e da monocausalidade sua base analítica e explicativa.

Considerações finais

O debate sobre a relação entre indivíduo e estrutura é um dos mais clássicos e complexos das Ciências Sociais. "Resolvê-lo" jamais poderia ser o objetivo de um artigo como este. Contudo,

pequenas contribuições, como a que pretendemos fazer, podem ajudar no trabalhoso desafio de ampliar as análises acerca das ferramentas que cada perspectiva teórica oferece e de como elas podem ser utilizadas para a compreensão da realidade social. Nesse processo, com frequência nos deparamos com a recorrente evidência de que os clássicos continuam a nos oferecer importantes instrumentos para pensarmos o mundo social em que vivemos, especialmente em termos epistemológicos.

Nessa perspectiva, partindo das análises de Thompson (1981) e Wood (2002), demonstramos como é complexa a relação entre indivíduo e estrutura social e como a perspectiva dialética que os toma como reciprocamente determinantes apresenta maior potencial explicativo diante da complexidade do comportamento social. Em seguida defendemos que, considerando as três grandes abordagens teóricas de explicação do comportamento político-eleitoral, as abordagens psicossociológicas parecem ter um arcabouço interpretativo com maior potencial para captar as diversas dimensões desse comportamento, justamente por adotarem uma perspectiva dialética e de complementariedade entre indivíduo e estrutura na definição dos padrões de opinião e de escolhas político-eleitorais dos cidadãos.

O debate continua. Novas pesquisas são apresentadas a cada dia, e cada uma delas contribui para ampliarmos a compreensão que temos do mundo social, dos comportamentos humanos e de como eles são determinados. Nesse processo, as ferramentas teóricas e epistemológicas que utilizamos são tão importantes quanto os dados que coletamos, pois elas determinam o pano de fundo, a teia de significados a partir da qual aqueles dados serão interpretados.

No caso específico dos comportamentos político-eleitorais, defendemos aqui que as abordagens dialéticas, que tomam as escolhas políticas

¹⁰ Contudo, é preciso esclarecer que essa consciência autônoma possui significado e "papel" distinto na Teoria Psicossociológica e nas reflexões de Wood – e também nas de Thompson. Enquanto para a primeira trata-se mais de uma postura epistemológica para compreensão mais detalhada do comportamento político dos cidadãos/eleitores, para a segunda a preocupação é mais com as "reais" possibilidades de emancipação humana e, claro, da luta política consciente em busca da autonomia e da liberdade no seu sentido amplo. Contudo, as diferenças de objetivos de uma e outra não comprometem a possibilidade de aproximação de ambas em termos de uma análise teórico-conceitual.

dos cidadãos como resultado de um processo complexo em que elementos individuais e variáveis estruturais combinam-se para moldar as ações particulares, têm maior potencial explicativo. No campo específico das teorias explicativas do comportamento eleitoral, as abordagens psicossociológicas são as que parecem mais próximas dessa perspectiva.

Referências

AHMAD, Aijaz. Teoria dos Três Mundos: fim de um debate. In: AHMAD, Aijaz. *Linhagens do Presente*. São Paulo: Boitempo, 2002a. p. 167-196.

AHMAD, Aijaz. Cultura, Nacionalismo e o papel dos intelectuais: uma entrevista. AHMAD, Aijaz. *Linhagens do Presente*. São Paulo: Boitempo, 2002b. p. 219-248.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto em eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Ed. UFSC; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CASTRO, Mônica Matta Machado de. *Determinantes do Comportamento Eleitoral: Centralidade da Sofisticação Política*. 1994. Tese (Doutorado em Ciência Política e Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. São Paulo: Sumaré, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

LAGO, Ivann Carlos. *Conexão Eleitoral: geografia do voto, comportamento parlamentar e reeleição entre os deputados federais do Sul do Brasil/1998-2006*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, v. I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão Dualista e o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Ivann Carlos Lago

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis/SC, Brasil). Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo (Cerro Largo/RS, Brasil), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Edemar Rotta

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC, Porto Alegre/RS, Brasil). Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Cerro Largo (Cerro Largo/RS, Brasil), onde atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Endereço para correspondência

Ivann Carlos Lago
Rua Major Antônio Cardoso, 590
Centro
Cerro Largo, RS, Brasil.
97900-000

Endereço para correspondência

Edemar Rotta
Rua Tiradentes, 531
Santo Antônio
Cerro Largo, RS, Brasil.
97900-000

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.